

ATA Nº. 08/2016 - Mandato 2013/2017**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.**-----

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, na sua segunda reunião a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2017.-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2017.-----

Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2017.-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para ao ano de 2017.-----

Ponto 7 - Apreciação e votação para assinatura de protocolo entre o Município de Ílhavo e a EDP Distribuição SA, relativo ao novo anexo I, do contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins e José Vaz.-----

FALTAS:-----

Apresentou pedido de suspensão de mandato, o membro, Daniel Santiago do PCP, nos termos do nº. 3, da alínea b) do artigo 5º. do Regimento, durante 4 meses. Vai ser substituído por José Firmino.-----

Apresentou pedido de justificação por motivo de ausência do município, nos termos do artigo 6º. do Regimento, Carla Lima do BE, que foi substituída por Kevin Tavares. Pediram ainda devidamente fundamentado justificação de ausência à reunião os membros Hugo Rocha do CDS/PP e Luís Leitão do PS, ambas foram devidamente justificadas.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de 23 dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Hugo Lacerda, Barbara Gabriel, António Flor Agostinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Sérgio Lopes, Dinis Gandarinho, João Oliveira, Lurdes Faneca, Kevin Tavares, Emanuel Costa, José Firmino, António Pinho, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Esta 2ª. Reunião nos termos Regimentais vai ter seguimento da Ordem do Dia, onde foi interrompida na 1ª. Reunião, por se ter chegado ao limite do tempo regulamentar:-----

CONTINUAÇÃO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**2ª: inscrição dos membros:**-----

Flor Agostinho: Relativamente ao IMI o que pode concluir é que não há um agravamento familiar. A taxa reduz de 0.40 para 0.375. É possível sem reduzir a taxa sem reduzir a qualidade de vida das pessoas e as obras necessárias serem feitas para bem dos munícipes.-----

António Pinho: À Assembleia só compete avaliar as opções da Câmara. A sua opinião é que a Câmara avaliou a redução dentro do que é possível fazer é já um sinal positivo e é de apoiar.-----

Kevin Tavares: Opina sobre as alterações legislativas do Governo considerando que as mesmas sobre o IMI, apenas favorecem os proprietários. -----

Presidente da Mesa: Pergunta ao Presidente da Câmara se pretende dar mais alguma explicação, o que não acontece, pelo que, coloca desde já à votação o ponto em análise, obtendo a seguinte votação:-----

APROVADO POR MAIORIA com 14 votos a favor, das bancadas do PSD e CDS e 9 abstenções, votos das Bancadas do PS, PCP e BE.-----

À Mesa foram entregues as seguintes declarações de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO, DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

Apreciação e votação da Proposta de IMI para 2017-----

Considerando que muitos habitantes do concelho da Ílhavo tiveram um brutal aumento do IMI, situação que já se refletiu nos valores pagos nos últimos anos.-----

Considerando que o Partido Socialista, com base nos dados disponíveis, tem apresentado uma proposta equilibrada e conciliadora entre as necessidades de gestão do executivo camarário e os interesses dos munícipes, que permitia que a taxa de 0,4% fosse reduzida para 0,35%.-----

Considerando que o crescimento das Receitas Correntes do Município, nos últimos anos, foi quase integralmente suportado pelas receitas dos Impostos Diretos – Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – que no próximo ano, na perspetiva da maioria que governa o município corresponderá a uma parte bastante significativa das receitas correntes. -----

Considerando que o Executivo Municipal, nos anos transatos, não teve minimamente em atenção os fatores que determinam o crescimento real deste imposto, sendo dos concelhos do distrito de Aveiro que, percentualmente, mais castiga os seus habitantes na aplicação deste imposto. -----

Considerando que a diminuição do valor da taxa para 0,375% apresentada pelo Município, continuará a implicar que os proprietários dos imóveis, para efeitos do Código do IMI, serão sujeitos a tributações exorbitantes, não deixando de registar que, finalmente, a maioria PSD da Câmara Municipal de Ílhavo toma a iniciativa de propor e fazer aprovar nesta Câmara uma redução da taxa do IMI para prédios urbanos, da actual taxa de 0,40% para uma taxa de 0,375%, ainda que, como revela na sua proposta, empurrada pelas alterações que o Governo do PS e a maioria de esquerda fez aprovar no decurso do corrente ano ao código do IMI, reduzindo o limite máximo da taxa de 0,50% para 0,45%.-----

Considerando que não obstante o executivo municipal ter recusado nos anos anteriores a adoção de uma política de desagravamento fiscal, justificando tal posição com a consequente quebra de receitas, as provenientes do IMI têm vindo a crescer progressivamente, sempre para além do programado, e o próximo ano não será excepção. -----

Considerando que os compromissos financeiros assumidos pelo município não justificam tão gigantesca arrecadação de receita. -----

Considerando ainda que no âmbito do chamado “IMI Familiar”, saudamos que tenha esta Câmara Municipal proposto a redução das taxas para os imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários com dependentes a seu cargo, medida com a qual concordamos, não obstante considerarmos absurda a posição da maioria PSD sobre as alterações que o actual Governo introduziu no que a esta medida diz respeito. Saudamos nesta sede as alterações à lei, introduzidas pelo Governo PS, a bem de uma maior justiça fiscal, e que as deduções aos proprietários com dependentes a cargo se mantenham em Ílhavo, como é inteiramente justo e equitativo para os seus destinatários. -----

Continuamos a entender que há sustentação financeira para a redução da taxa do IMI para os prédios urbanos, na casa dos 0,35%, de resto, em linha com a larga maioria dos municípios portugueses.-----

Dado que consideramos a redução da taxa de IMI um passo positivo na diminuição do esforço fiscal dos ilhavenses, não deixando de insistir que esta fica a meio do caminho que julgamos possível, os membros

do Partido Socialista eleitos para a Assembleia Municipal de Ílhavo abstêm-se na proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017. -----

Ílhavo, 17 de Novembro de 2016 O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

DECLARAÇÃO DE VOTO, DO REPRESENTANTE DO BLOCO DE ESQUERDA. -----

Apreciação e votação da proposta do IMI para vigorar em 2017-----

O B.E. não pode ignorar a redução efetiva na taxa de 0,4 para 0,375 mas considera que haveria margem para reduzir ainda mais dado que, com as novas regras de tributação deste imposto se preveja um aumento da receita, superior à diminuição causada pela redução efetiva proposta por este executivo.---

Importa esclarecer que a alteração na lei do IMI Familiar mencionada pelo executivo, que consiste na atribuição de um valor de dedução fixo por cada filho e não em função do valor patrimonial do imóvel, visa precisamente acabar com a injustiça fiscal que estava a ser cometida quando quem mais precisava era quem menos ajuda recebia. -----

É também de referir que esta redução, além de escassa peca por tardia tendo em conta o brutal aumento da carga de impostos dos últimos anos, sob o Governo de Direita de PSD e CDS que atingiu todos os Portugueses. É lamentável e incompreensível que não tivesse havido nessa altura a mesma sensibilidade que há agora por parte do nosso executivo Camarário. -----

Por estas razões, o voto é abstenção. -----

Ílhavo, 10 de novembro de 2016. O representante do Bloco de Esquerda.-----

Presidente da Mesa: Anuncia a análise do **Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2017** e pergunta ao Presidente da Câmara se quer usar a palavra sobre o assunto, já que fez a introdução no ponto 2, do pacote fiscal. -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Este pacote fiscal não é isolado, contudo aproveita para dizer o seguinte; a proposta apresentada é manter o valor para o ano de 2017 de 1.5, e, também isentar os sujeitos passivos que tenham volume de negócio inferior a 150 mil euros e as empresas que durante o ano de 2017 se instalem no município e criem postos de trabalho aqui.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para a

1ª. Intervenção dos membros.-----

António Pinho: Considera que a política fiscal tem uma função política/estratégica na relação àquilo que se pretende. As isenções são importantes mas há sentimentos contraditórios relacionando aquilo que o CDS/PP gostaria que fosse e o que é apresentado. -----

Sérgio Lopes: Na sua opinião, o valor que se antecipa que esteja orçamentado para 2017, demonstra que não é necessário aumentar a taxa para que haja um aumento de carga fiscal s/empresas e famílias. O dinheiro vem das empresas e famílias, que pagam mais impostos que no ano anterior. Sendo a proposta basicamente igual ao ano de 2016, quer deixar registado a diferenciação positiva das pequenas e médias empresas que tenham volume de negócio inferior a 150 mil euros e as empresas que durante o próximo ano criem pelo menos 5 postos de trabalho. É uma medida ténue de fixação de novas empresas, mas positiva e que sempre o PS defendeu. A manutenção da taxa máxima merece a discordância da bancada, porque concorre com uma verdadeira política de fixação de empresas, sendo até uma contradição. Afirma que não é justo aplicar esta taxa num Município que se diz moderno e ainda mantém Zonas Industriais obsoletas. -----

Flor Agostinho: Não é a taxa da derrama limitativa para a fixação de empresas no nosso Município, bastando um olhar pelos Municípios vizinhos a nível Distrital. As nossas Zonas Industriais continuam a ser procuradas, demonstração clara de que o Município é apelativo, tanto para as empresas como para a

população em geral. Não é Ilhavo responsável pelo fraco investimento que se verifica em Portugal, porque temos as melhores empresas nacionais e mantem-se acima do nível geral do país. -----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para resposta aos membros:-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara.

Considera a proposta equilibrada e como já informou representa 2,8%, o que gostaria é que fosse bem mais. Isso sim seria um sinal de que as empresas estavam com lucros elevados. Pagar 1,5% do seu lucro tributável e pagar muito isso sim seria um gosto para todos. As empresas dão um pequeno contributo do seu lucro tributável. Caro Sérgio se a nossa Zona Industrial tivesse mais 30 ha, estariam também esses ocupados, não é portanto considerada uma Zona Industrial obsoleta. Como já expliquei temos previsto o alargamento da Zona Industrial mas isto não é fácil porque, o Património do Estado quer uma contrapartida de terreno com a mesma área a desafetar para aumento da ZI. Das 50 melhores empresas do Distrito, 7 estão no nosso município e continua a ser procurado para instalação de novas empresas. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a -----

2ª. Intervenção dos membros

Sérgio Lopes: Falando de habituação aos exercícios de demagogia da bancada do PSD, diz o membro já não se surpreender com a resignação da mesma à falta de estímulo no que respeita ao papel da Câmara relativamente ao desenvolvimento económico do concelho. 1,5% Sobre o lucro tributável das empresas seria pouco se isso fosse o único encargo, o que demonstra alguma insensibilidade na análise. Inabilidade e ausência de políticas da Câmara para o estímulo da economia 2016/2017 a receita vai aumentar 470 mil euros deste ano para 730 mil euros para o próximo. O aumento da receita dá margem de manobra para baixar a taxa da derrama. Chamar Zona Industrial às Ervasas é quase abusivo, tal o estado de falta de intervenção municipal.-----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara: -----

3ª. Intervenção do Presidente da Câmara.

Pergunta-se, qual é o papel passivo e o exercício de demagogia a que se refere o membro da bancada do PS, Sérgio Lopes. Afirma que é a sua leitura do município distorcida. O patamar de desenvolvimento do Município tem sido acima da média. As empresas que atinjam até 150.000 euros estão isentas. Isto é inatividade e falta de criatividade! O crescimento nacional foi eventualmente fruto do aumento do turismo! Mas o que se deseja é que assim continue sempre. Como é que o PS governaria o Município sem taxas e nem impostos? Ninguém quer ver! Não seria bonito.-----

Presidente da Mesa: Coloca a votação o ponto em análise, “apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2017”, que obtém a seguinte votação: -----

APROVADO POR MAIORIA com 13 votos a favor da bancada do PSD e 10 abstenções, das bancadas do PS, do CDS/PP, do PCP e do BE. -----

À mesa são entregues duas declarações de voto que se transcrevem: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO, DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA.

Apreciação e votação da Proposta de Derrama para 2017.-----

A proposta de Derrama para 2017 vai, em parte, ao encontro das posições que o Partido Socialista tem expressado relativamente à cobrança deste imposto, concretamente no que diz respeito à atenção dada às empresas de menor dimensão, diferenciando-as positivamente das demais.-----

A proposta, através da isenção para empresas com volume de negócios anual que não ultrapasse os 150 Mil Euros e a novas empresas que criem pelo menos cinco postos de trabalho, é uma medida importante para a dinâmica do nosso tecido empresarial bem como de acomodação a uma realidade vincada de dificuldades para muitas empresas.-----

2016/11/10

Ainda que não seja esta uma medida da iniciativa da Câmara Municipal, mas sim do quadro legal existente, e já antes defendida em anteriores mandatos pelos autarcas do Partido Socialista, valorizamos os benefícios que a proposta implica.-----

No entanto, a manutenção da Taxa Máxima de 1,5% de Derrama merece a nossa discordância, em coerência com a nossa posição de há largos anos, dado que entendemos não contribuir para motivar as empresas em instalar-se no concelho, ainda mais quando conjugada com o estado de degradação e desmazelo em que se encontram as nossas zonas industriais.-----

Ademais, a arrecadação de receita proveniente da Derrama não tem dimensão que se afigure como uma receita imprescindível para o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal, acrescendo o facto de este ano o Executivo Municipal prever um aumento significativo da mesma.-----

Considerando o acima exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a proposta aqui votada deveria conter uma diminuição da taxa, no entanto, valorizamos as isenções previstas, pelo que optamos pela Abstenção.-----

Ílhavo, 17 de Novembro de 2016. O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----

Presidente da Mesa: Anuncia a análise do **Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2017**, e, nos termos do ponto anterior pergunta ao presidente da Câmara se quer intervir, o que não acontece, ficando à disposição para responder aos membros.-----

1ª. Intervenção dos membros:

Kevin Tavares: O BE considera haver espaço e necessidade, até, de devolução de parte deste 5%, tendo em conta nos últimos dois anos o grande agravamento financeiro que as famílias tiveram de suportar, embora as melhorias, a situação financeira das famílias é ainda gravosa. O nosso voto vai em consonância com esta posição.-----

Sérgio Lopes: Na governação anterior o IRS foi o imposto mais penalizador dos contribuintes. Na governação anterior o governo usou o IRS assim como outros impostos como instrumento de austeridade. Esta foi uma medida com impacto negativo para a vida dos portugueses e o desenvolvimento do país. Refletiu-se no desemprego, no desemprego jovem, na emigração, no emprego precário em vidas adiadas. Todo o esforço que foi exigido aos portugueses entre 2011 e 2015, não valeu a pena, o coma em que a economia esteve durante os 4 anos e meio. Ao contrário, tínhamos alternativa. Está neste momento em prática e funciona a política de devolução de rendimentos. Aconselha a leitura dos jornais desta semana a economia que cresce mais rápido da zona euro, a diminuição do deficit para valores nunca antes vistos. A actual solução governativa funciona. O que propomos é que a Câmara contribua para a devolução de rendimentos dos ilhavenses, com a devolução do IRS. Ao contrário de muitas outras Câmaras do país demonstra inabilidade no crescimento económico. Não haveria prejuízo para o desenvolvimento municipal e por isso o PS vota contra.-----

Hugo Lacerda: A nível de IRS a esperança era de que o PSD abdicasse de 1,5%. Constatamos porém que essa abertura de espírito não existe e o executivo continua a aplicar a taxa máxima no que ao IRS diz respeito. Logo na citação e bem dos artigos e da Lei que legitimam a decisão como ocorre no IMI, muitos municípios desconhecem que podem beneficiar em termos de IRS o que pagam em IMI. A Câmara faz bem o trabalho de sonegar à comunidade, no sentido de esclarecer as pessoas sobre o papel das Câmaras neste caso no IMI e em IRS. São uma espécie de lobo mau com pele de cordeiro. Quem fica com o ónus é esta AMI a quem compete legitimar a proposta. Assim as vossas opções políticas não abrangem só este mandato, mas as gerações futuras, numa postura agressiva mas que consideram justa, justificando com a manutenção de obras de relevante dimensão financeira e eventos de carater promocional, como: o festival de bacalhau, o festival de marisco, ou mesmo o marolas. Outro motivo é a referência aos contratos inter

administrativos. Pergunta se aumenta consideravelmente a despesa ou a poupança da Câmara com estes contratos. O PS demonstra que é possível ao Município realizar esta redução sem por em causa a execução do orçamento. É a mania de ver sempre como prioridade obra, obra e mais obra.-----

Flor Agostinho: Está a bancada do PSD esclarecida. Ficamos a saber que o deficit foi reduzido para 2,5 em 11 meses. Os 4 anos anteriores em que andamos a reduzir de 11 para 3%, a pesada herança do governo Sócrates. Foi uma descida gradual de 11 para 3 e agora passamos para 2,5% porque foi necessário tomar as medidas económicas certas para acontecer e não foi nenhum passo de magia do recente governo. São opções políticas sim e são obras de relevante aplicação financeira, obras sim que a população acompanha e apoia. Queremos Associações pujantes, obras estruturantes, juntas de freguesia com capacidade de investimento. Por isso somos acusados de eleitoralismo. Não somos. Somos coerentes, responsáveis, queremos o bem para o nosso concelho e o bem dos nossos munícipes e fazemos uma gestão responsável. -----

António Pinho: A divergência do CDS/PP é maior, quase se dá a ideia que a variante dos 5% se trata de uma cobrança que a Câmara faz de 5%. Há uns anos atrás não existia esta possibilidade. Pagávamos IRS e pronto. Foi entretanto criada esta possibilidade das Câmaras abdicarem de uma parte. Das intervenções nesta AMI, por um lado, parece que está tudo muito bem e não faz grande mossa uma parte do orçamento familiar ir para a Câmara, é mais 5%, menos 5%. Por outro lado está o povo tão mal que os 5% são fundamentais. Na questão do IMI familiar, defendeu-se que a atual Lei é mais justa, mas agora verificamos o contrário e assim é que é justo. Afinal tenta-se justificar o ponto de vista, conforme as situações. Este é um valor que vem não da receita direta da Câmara Municipal, vem do que os cidadãos pagam ao Estado e o CDS/PP, considera que a Câmara poderia abdicar de algo que os cidadãos não pagam diretamente num serviço à Câmara. Na verdade de 5% de quem paga mais já é mais. A ideia perigosa de que as pessoas são ricas e podem suportar parece uma ideia perigosa.-----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara:

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Os membros acham que se os munícipes são pobres, remediados ou mais abastados não podem pagar! Então é necessário mudar o conceito da Lei, há que olhar para a gestão de uma forma global e não considera uma questão de coerência. A Câmara é coerente onde é possível sê-lo, Tanta reduzir onde é possível reduzir mas não se faz gestão sem dinheiro, não queremos fazer tudo ao mesmo tempo, mas sim criar melhores condições de vida às populações e para isso não podemos fazer falir a Câmara. Fazê-lo de uma forma sustentável, não desafogada, mas com sensatez. Sabendo que metade dos portugueses não pagam IRS, de uma forma indireta não contribuem. O IRS no nosso Município tem uma expressão financeira razoável e é importante para a Câmara. Termina perguntando onde é que a oposição cortaria o que deixaria de fazer para não fazer cobrança de impostos. Afirma ainda, que se o Governo PS, não tivesse deixado o país à beira da banca rota e chamado a Troika, para salvar a situação, estaríamos seguramente numa muito melhor situação financeira. Quem veio a seguir sofreu na pele. Com o v/governo o país ficou de fora dos mercados financeiros e tiveram de chamar a Troika. O Governo PSD deixou o país com credibilidade financeira e acesso aos mercados na Europa e no Mundo. Isto sim, foi necessário fazer um trabalho árduo e pede seriedade nas apreciações. O equilíbrio e o enquadramento das contas é global o IRS não é como já disse isolado. Sim a Câmara pugna por Associações fortes, obras estruturantes e a resolução dos problemas dos ilhavenses, de forma socialmente justa e equilibrada e é isso que vamos continuar a fazer. Neste âmbito é esta uma proposta equilibrada.-----

2ª. Intervenção dos Membros

Kevin Tavares: O Sr. Presidente disse que se não arrecadarem impostos não se podem fazer obras, o BE respeita, sem dinheiro isso não é possível. Mas o BE teria opções diferentes. Falou em 3 milhões de euros e sem grande esforço diria já que esse foi o valor gasto na requalificação do Museu e Teatro da Vista Alegre mais a via do conhecimento. Isto apenas para demonstrar como as coisas podem ser diferentes.---

Sérgio Lopes: O Senhor Presidente esqueceu o caso do Novo Banco, do Banif e da CGD empurrados com a barriga! Diz terem deixado as contas arrumadas, ninguém acredita nisso! e o Senhor Presidente tem dias em que acredita, outros não, porque já o ouvimos dizer nesta assembleia que não acredita na saída limpa propalada pelo anterior Governo! O PS tem propostas, não faz só críticas. O que acontece é que muitas vezes se passa à votação sem sequer as ter analisado e assim se perdem momentos importantes para a vida política do município. Todos querem o bem da Câmara Municipal e o bem dos munícipes, os caminhos e os pontos de vista é que são diferentes. O PS seguindo esse caminho vai apresentando propostas que considera bastante importantes para a vida do município. O que se torna difícil aceitar, é que no ano em que as receitas estão mais estabilizadas, a Câmara não abdica de parte desta receita em favor dos orçamentos familiares. Não é verdade que o PS proponha acabar com todos impostos, tem propostas equilibradas de diminuição das taxas e impostos municipais. Não quer acabar com esses impostos, que são ferramentas de trabalho. O que quer é identificar-se com rigor orçamental. A autarquia aumenta constantemente os encargos de funcionamento ano após ano. Nestes anos, foi obrigada a fazer ajustamentos por força dos anos de festa à custa de mais receita e nunca menos despesa, não tem por isso, legitimidade moral para continuar a exigir este esforço aos ilhavenses. -----

Hugo Lacerda: O facto é que a palavra obra está intrinsecamente ligada ao vosso ADN política. Se, se prestar atenção nas propostas sempre antes de apoio ou subsídio aparece a palavra obra. Depois V. Exas hipotecam o futuro e as decisões das gerações vindouras e dos políticos que possam vir a ter outras propostas para este município, quando ao apresentar o programa de apoio à economia local apresentam um plano financeiro de ajustamento que força do próprio e do reforço da receita que nem tão pouco respeita é por um período de 15 anos. O PS não está de acordo nesta matéria como em outras. É a democracia, ainda bem que assim é. A grande diferença entre o PS e o PSD é que o Senhor Presidente, não se preocupa que este é um compromisso para pelo menos mais dez anos. É chocante sejam tributados com taxas inferiores aos que auferem menos rendimentos. Refira-se o rendimento da força de trabalho. Tal diferenciação é como sabe o CDS e o PSD é inevitável, o imposto sobre o rendimento pessoal visa ele a diminuição das desigualdades, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar. A dúvida é pertinente, não encontramos na proposta a unidade fiscal. Em 28 pontos da proposta, apenas 2, são diferentes da proposta do ano passado os outros 26, são uma cópia. Não acredita o membro em uso da palavra, que foi por preguiça ou desrespeito por este Órgão autárquico. O país está felizmente melhor e quando o PSD exclama que foi o PS que criou os problemas, pergunto se sabem que a reforma do IRS que o PSD implementou, custou 614 milhões de euros o que é 4 vezes superior ao admitido pelo anterior Governo e beneficiou muito mais os últimos escalões do rendimento. Não aceita o PS reduzir em 1% a taxa de IRS como não aceita reduzir para 0,375% a do IMI.-----

Presidente da Mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara para respostas aos membros:-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Concorde o Presidente da Câmara com uma afirmação de que a obra está no ADN político. Diz a Kevin que percebe agora que o BE é contra os investimentos de mais-valia do município. Um Museu que tem uma enorme dimensão na divulgação do município o BE não concorda. Estes equipamentos têm uma dimensão de divulgação enorme e sim é uma mais-valia, pois nós discordamos. Só saíram 15% do orçamento do Município o resto teve o apoio dos fundos comunitários. Ao membro Sérgio Lopes, diz que quando o PS faz propostas de diminuição de taxas falta-

lhe um dos lados da folha. É o lado da despesa e da responsabilidade da gestão, só tem a folha do lado da receita. Os encargos de funcionamento não têm aumentado, é um sinal que não lê atentamente os documentos. Temos o compromisso do PAEL, foi um sinal importante do investimento do município dos fundos comunitários na altura e com esse dinheiro aproveitaram-se investimentos importantes. Ex: O Museu Marítimo o Aquário dos bacalhaus as circulares rodoviárias, foram aproveitamentos dentro do quadro comunitário que apenas tinha essa oportunidade. Os municípios ratificaram no ato eleitoral essas opções e acreditamos que continuam a ser ratificadas. -----

Presidente da Mesa: Coloca a **votação o ponto em análise, “apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2017”**, que obtém a seguinte votação: -----

APROVADO POR MAIORIA com 13 votos a favor da bancada do PSD e 10 votos contra, das bancadas do PS, do CDS/PP, do PCP e do BE.

À mesa são entregues duas declarações de voto que se transcrevem: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO, DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA.

Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2017. -----

O Partido Socialista considera que no quadro de agravamento fiscal para as famílias portuguesas que foi imposto pelo Governo PSD/CDS, concretamente também em sede de IRS, a Câmara Municipal beneficiou de um aumento da receita no que diz respeito à participação variável que esta pode ter no IRS, sem que se tenham vislumbrado daí vantagens para o controlo do défice público ou a contenção dos níveis de endividamento do país, nem tão pouco o esforço imposto pelas taxas e impostos municipais corresponderam a uma redução de despesa, conforme compromisso do município aquando da sua adesão ao PAEL.-----

O aumento de receita destinada à Câmara Municipal nos últimos anos, sem precedentes, a que assistimos no que a esta rubrica orçamental diz respeito, demonstra bem a insensibilidade social da maioria PSD que lidera a Câmara Municipal de Ílhavo. Ainda que o alívio fiscal promovido pelo actual Governo, liderado pelo PS, provoque redução de receita a este nível, esta continuará a encontrar-se em patamares bem acima daquilo que a autarquia arrecadava no início do ciclo de austeridade imposto pelo Governo PSD/CDS.----

O Executivo Municipal mostra com esta proposta que continua a ignorar a importância da devolução de rendimentos às famílias ilhavenses, abdicando de uma ferramenta sua que pode muito bem usar para aliviar o peso dos impostos nos orçamentos familiares, com benefícios para a nossa economia local, através do alívio nas taxas e impostos que cobra directamente aos ilhavenses.-----

Por isso, entende o Partido Socialista que deve operar-se uma redução da Taxa de Participação do Município de Ílhavo no IRS para 4%, abdicando assim de 1% em favor dos municípios, sem prejuízo para o equilíbrio orçamental da Câmara e com alívio significativo para a dimensão das despesas fiscais dos ilhavenses.-----

Face ao acima exposto, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que a proposta aqui votada é merecedora **da nossa rejeição, e por isso Vota Contra.**-----

Ílhavo, 17 de Novembro de 2016. O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----

DECLARAÇÃO DE VOTO, DO REPRESENTANTE DO BLOCO ESQUERDA.-----

Apreciação e votação das propostas das GOP e mapa de pessoal para 2017. -----

Em primeiro lugar queremos expressar o quão anti democrático e inadmissível julgamos ser que----- documentos como o Orçamento e Contas e as GOP, sejam entregue aos representantes da A.M. com um prazo de apenas 72h para análise e apresentação de propostas. Este é apenas mais um exemplo da postura egocêntrica e fechada em si mesmos que caracteriza o PSD em Ílhavo, que tem mostrado pouca vontade ou pouca paciência para debater com a oposição ou com os seus municípios, os problemas, as

soluções ou os projetos para o Concelho. -----

As GOP são um documento no qual o B.E. não se revê desde logo pela sua orientação para o investimento desmesurado em obras para encher a vista aliada ao pouco investimento no plano da Ação Social, alimentando uma lógica assistencialista que delega as suas responsabilidades para IPSSs que muitas vezes usam critérios de distribuição pouco justos e que não prestam contas ao Estado. Além disso não se vê apoio e valorização para os desempregados, em especial os de longa duração nem parece haver um plano objetivo de desenvolvimento económico para os setores primário e secundário, crucial para a exploração dos nossos recursos quer na terra como na ria e no mar. Por outro lado existe ainda um enorme problema de urbanismo e mobilidade na freguesia da Gafanha da Nazaré que teima em persistir assim como a questão dos transportes públicos; a empresa privada que assegura o serviço não serve eficazmente todas as freguesias do Concelho e pratica preços muito elevados. -----

É também relevante o facto de o acesso á habitação social a preços controlados ser muito reduzido visto que, conforme admite o executivo “não existem no mercado de arrendamento, habitações em número suficiente para responder à procura”. Isto mostra como em Ílhavo não há uma preocupação concertada em estimular a fixação de pessoas no Concelho nem há investimento sério na regeneração do tecido habitacional urbano para esse fim. -----

Regista-se ainda o habitual aumento do investimento na área da manutenção de estradas, bastante habitual em ano de eleições autárquicas. Nada tem a apontar ao mapa do pessoal.-----

Por estas razões o voto é contra. Ílhavo. -----

10 de novembro de 2016. O representante do Bloco de Esquerda. -----

Presidente da Mesa: Anuncia a análise do **Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2017** e pergunta ao Presidente da Câmara se quer usar a palavra sobre o assunto. -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: O documento é previsional por isso é um documento muito semelhante ao apresentado no ano anterior. Tem previsto vinte e seis milhões e meio do orçamento quando em 2016 eram 26 milhões, virgula trinta e três, muito semelhante. No âmbito do Plano um investimento de 13 milhões 790 mil euros despesas de funcionamento 13 milhões 920 mil euros e 2,4 milhões distribuídas por funções gerais, contemplam no âmbito dos fundos comunitários estão integradas nas funções gerais 9,2 milhões funções sociais e económicas 1,8 milhões, assim como outras funções. Tem claramente rigor orçamental e equilíbrio das contas do cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso. A assunção dos compromissos ser feita com os fundos positivos disponíveis. É um orçamento que vai continuar a apoiar os cidadãos, as Juntas de Freguesia, os jovens, as famílias e as empresas, é um orçamento de confiança. Tem uma verba importante que contempla todas as obras no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento urbano todas as rubricas aí mencionadas. O relatório é objetivo na descrição das ações O mapa de pessoal tem menos oito postos de trabalho ocupados, pessoas que foram para a reforma e são postos de trabalho cujos concursos terão de ser tratados.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para a -----

1ª. Intervenção dos membros:

Sérgio Lopes: Inicia criticando o que chama de encenação do cumprimento da Lei 24/98 de 26 de maio, Estatuto do Direito da Oposição, de cuja Lei faz citação, demonstrando o seu incumprimento. Impossibilitou a consulta porque considera que 72 horas não são tempo suficiente para autarcas que não estão em funções de tempo inteiro, analisarem documento de grande complexidade e importância o município e articular os seus contributos e propostas. Considera um desrespeito, pelos eleitores que não são PSD e a democracia. Depois opina que a proposta é demonstrativa de imobilismo e falta de inovação

do projeto do PSD. A Lei atual não permite optar por orçamento sobredimensionado o que aconteceu durante 16 anos anteriores, foi opção do PSD e assim gastar sem olhar a meios em ritmo e dimensão acima das possibilidades da autarquia e por isso agora os constrangimentos existentes. Aos ilhavenses não basta uma Câmara que se resigne à sua realidade orçamental. Ílhavo precisa de um executivo que melhor a vida dos cidadãos, diminua a carga fiscal das famílias e das empresas. Ílhavo precisa de um executivo que impeça o aumento galopante dos encargos de funcionamento, que introduza eficiência na administração da autarquia que diminua os gastos desnecessários e que rentabilize melhor os seus equipamentos. Faça um aproveitamento melhorado dos Fundos Comunitários. Não podemos deixar de referir, a contratação paga a peso de ouro de um especialista para os Fundos Comunitários, cujo resultado nem com uma lupa ainda os consegue vislumbrar. Diz ainda que o executivo prova que já não consegue dar resposta. e afirma que a Câmara é governada por um administrador de condomínio. Refere que é o problema da Senhora dos Campos sempre adiado, as Zonas Industriais obsoletas, etc. Resume a necessidade de modernidade, ganhos de eficiência, menos custos, melhores serviços e valorização do papel social da autarquia. Refere ainda a tarifa social da água desajustada e ultrapassada. Termina salientando a necessidade de resolver o problema da Rotunda da Barra a que chama Rotunda do regime, mas também a necessidade da regeneração da cidade da Gafanha da Nazaré, o cais dos pescadores da Costa Nova e o abandonado Texas e boas políticas ambientais, entre outras.-----

Flor Agostinho: Manifesta o seu desagrado dizendo que foi confrangedor aquilo a que acabamos de assistir. Não foi o Orçamento para o próximo ano a que o membro Sérgio da bancada do PS fez análise, mas sim fez apresentação do programa eleitoral do PS para o próximo mandato. Estranhamente pensava a bancada do PSD assistir à defesa do documento em análise mas o que acabou a AMI de assistir foi à defesa do programa eleitoral do PS. Pois bem, a bancada do PSD, mantém a maior tranquilidade pelo teor do programa eleitoral apresentado. Vou falar do ponto em análise o Orçamento. É um orçamento realista e responsável, foram estas as promessas que contratualizamos com o povo ilhavense, mantemos e temos a certeza que somos apoiados. Informa o interveniente anterior Sérgio, respondendo ao imobilismo, que ainda hoje de manhã houve um encontro no CCI, entre os alunos das várias escolas de Ílhavo e investigadores da Universidade de Aveiro, que ultrapassou largamente as expetativas. Tenho assistido aos eventos que a Câmara coloca à disposição do publico, nomeadamente o filme sobre a pesca do bacalhau com lotação esgotada, a apresentação de livros, saliento um dos últimos apresentado na Biblioteca com sala esgotadíssima e pessoas de pé. Temos a 7 maiores empresas do Distrito, o Festival do Bacalhau, só para salientar alguns e dizem V. Exas que não se passa nada. Os funcionários da Câmara parece que não trabalham, não são dedicados! Isto é criticável. As Associações e coletividades pelo teor da sua intervenção parecem não ter vida e ninguém se movimenta. Não podemos admitir lições de democracia. Há aqui pessoas que são e foram membros de Associações e nunca tiveram conflitos fosse com quem fosse, sendo que as Associações têm por norma pessoas de todos os quadrantes políticos. Voltando ao Orçamento, desde já aqui prevista a construção da necessária escola para a Gafanha de Aquém. O município tem já aprovado no 2020 uma verba de 6 milhões de euros e a isto não pode chamar-se imobilismo, o povo de Ílhavo tem acesso à informação. -----

António Pinho: Ao CDS, não choca esta continuidade, é normal que isto aconteça, não há necessidade de alterar. Os tempos em que se demolia para construir só para mostrar obra, felizmente passaram. Para uns a obra é pejorativa e para outros são motivo de orgulho. Para nós as obras racionais são motivo de elogio e as inúteis motivo de crítica quando acontecem. Temos agora orçamentos mais realistas e mais executáveis o que é de facto uma boa realidade legislativa. O nosso país está na rota do aumento do turismo e um concelho como o nosso tem capacidades extraordinárias para captar esta mais-valia integrados na cultura, no mar, no lazer, são áreas que têm sido integradas de forma coerente e é uma mais-valia. Este documento é apresentado à Câmara Municipal pelo executivo municipal vem à AMI, para ser analisado e votado e não é a 1ª. vez que faço a referência que não parece bem chamar-lhe o projeto do PSD., porque é o projeto do executivo municipal e não deveria ser este orçamento partidarizado. -----

Kevim Tavares: O BE considera que 72 horas é um prazo pouco razoável para fazer análise dum documento tão extenso que são as Grandes Opções do Plano Orçamento. É a demonstração de uma postura egocêntrica pouco democrática e com pouca paciência para ouvir a oposição. O BE, não se revê nestas opções; investimento sem critério e aliado ao desinvestimento ao nível da ação social. Identifica o BE o planeamento urbano na Gafanha da Nazaré, os transportes públicos que servem o município, que não respondem às necessidades, mesmo havendo alternativa, as linhas não servem todos os lugares e freguesias, não são suficientes e são muito caros. O serviço iniciado pela Câmara é insuficiente, apenas com um dia por semana. Salienta ainda a falta de investimento na criação de habitação social, para a fixação de mais famílias no concelho. -----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara: -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Começa por lamentar a linguagem utilizada por alguns membros e fala mesmo em falta de respeito. Refere um membro do PS, que falou de tudo menos do documento em análise. Concorde com Flor Agostinho no que referiu no que a lições de democracia falou. É o povo de Ílhavo que nos move a fazer mais e melhor pela nossa terra, com muita responsabilidade. Ao membro António Pinho, diz que a continuidade é lógica e é o cumprimento de um programa apresentado aos munícipes. Ainda há oito dias apresentamos um projeto cultural com dimensão nacional e elogiado pelos especialistas nessa matéria. A nossa estrutura olha o município como um todo. Ninguém é perfeito, erros conscientes não existem, este é um Plano de continuidade objectivamente, com apoio comunitário já assumido com investimentos importantes para o futuro para serem realizados até 2020 e este processo é, entendemos nós, ainda um primeiro passo de muitos outros que surgirão. O Kevim acha 72 horas tempo insuficiente, para nós não. Se, se tiver estruturado as ideias é fácil fazer consulta e apresentar o seu Plano, se não se tem nada, nada se pode apresentar. A Lei claramente refere “prazo razoável” obviamente não é para fazer o documento, mas sim analisar e se for caso disso propor! Mantenho tranquilidade, não esperava que o BE se revisse neste Plano, não quis participar, perfeitamente aceite. O Plano de transportes que a Câmara colocou à disposição dos munícipes, no final do ano procuraremos clarificar o número de utilizadores. A Informação que a Câmara têm é de boa aceitação.-----

2ª Intervenção dos membros:

Hugo Lacerda: Mal estaríamos Senhor Presidente se V. Exas não tivesse confiança no documento que apresentam. Quando se fala em questões jurídicas logo há alvoroço, mas foi com agrado que o ouvi falar na definição de “prazo razoável”. O PS apesar de não ter nenhum elemento a tempo inteiro na política, “o que leva a que 72 horas não seja assim tanto tempo” tem apresentado propostas, que nunca tiveram acolhimento da maioria. Relativamente ao Plano e à questão das Grandes Opções, o que se verifica é que o investimento diminui 615 mil euros, mas as despesas de funcionamento e encargos aumenta 470 mil euros, gostaria de saber a sua opinião? O executivo tem o dever de olhar atentamente para a ação social. A obra está de facto no vosso ADN e aí não estou de acordo. As IPSSs no Município, tendo em consideração a realidades que vivem e o trabalho que desempenham na sociedade teriam de ser mais apoiadas. Vou citar algo que alguém disse “O Alcatrão e as estradas, são necessários à qualidade de vida, mas a educação a dimensão social e a saúde estão entre as obras maiores de cada responsável autárquico e de cada cidadão” isto foi dito pelo padre João Gonçalves.-----

João Bernardo: Estamos na apreciação das Grandes Opções do Plano Orçamento, todas as bancadas se pronunciaram sobre o mesmo, é o jogo da democracia e é bom que assim seja. Referindo o debate observa intervenções que considera obtusas e salienta que fala apenas no debate. Este é um documento que merecia um debate digno e elevado. Não podemos escolher a obra com base que ela é tudo e é nada. A obra é uma parte que tem de ser complementada com muita ação que é preciso desenvolver. Ela só faz sentido se for aplicada ao serviço das pessoas e gerida de forma consistente e razoável. No passado dissemos que há obra que não faz sentido, que não é necessária e cujo dinheiro podia ser aplicado em muitas outras vertentes, é normal. Não concorda com a apresentação de documentos importantes e exclamações do género: o centro cultural estava cheio, fomos a apresentação de um livro, não é isso que nos devia trazer cá. A actividade do

município não se esgota felizmente na atividade municipal. O concelho é muito mais rico que isso. Mais importante que a obra é a Câmara ter no seu orçamento a capacidade de simplificar a vida dos cidadãos. Que os processos que chegam à Câmara não se arrastem nos gabinetes. Apesar de nos últimos anos haver áreas que nos são tão caras, como a habitação, os processos continuam a demorar e a não ser simples. O estado não serve para dificultar a vida às pessoas. Subscrevemos o que disse o António Pinho, o executivo é um todo e todo são 7 pessoas, sabendo que a responsabilidade maior é de quem tem maioria. O Sr. Presidente disse que é um orçamento de confiança, acho ótimo, o que não gosto é de orçamento de demagogia. Também referencia sobre o Estatuto do Direito de Oposição que quem está na Câmara o faz a tempo inteiro e assessorados por equipas que lhes vão fornecendo dados. 3 dias para análise não é suficiente. -----

Sérgio Lopes: A retórica do PSD encaixa na tarefa de dirigir a Câmara na mesma lógica com que se dirige um condomínio. Ficou claro pela intervenção do PSD neste debate que a substância é zero. O Sr. Presidente também não deu resposta às questões de substância, o que demonstra falta de paciência para o debate e fragilidade no pensamento de estratégia e capacidade de defesa, do seu projeto político. Temos uma visão diferente das prioridades para a autarquia. -----

Kevim Tavares: Não vale a pena passar a noite a falar no que é prazo razoável. Nos transportes públicos o valor está acima dos 2€, não é razoável para todos. Um dia por semana que a Câmara coloca à disposição das populações que vivem mais distantes do centro não serve para criar hábito de utilizar os transportes.---

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara: -----

3ª. Intervenção do Presidente da Câmara

Pergunta ao membro Hugo Lacerda, quais as Câmaras em que as despesas de funcionamento representam 52, 7% do orçamento! Nomeadamente em termos de pessoal há necessidade de se repor algumas situações. Estes 614 mil euros a menos no investimento é o reflexo da quebra do IMI, da sua perda de receita direta. O PS fala em reduzir a taxa e como é óbvio o investimento tem de cair, é mais que natural. A Câmara Municipal tem diálogo com as direções das IPSSs e os apoios são aí negociados e concedidos, bem como com todas as Associações. (Padre João Gonçalves) subscrevo. Ao membro João Bernardo diz que o debate na Câmara foi um debate muito tranquilo de 3h30, mas com muito respeito. Em 2016 o PS votou contra o Plano, mas depois na execução do Plano o PS votou as propostas todas a favor. Termina perguntando onde está a demagogia e o exercício hipócrita. Este plano e orçamento é realista vai de encontro aos objetivos do Município de Ílhavo que contempla claramente os apoios no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio e os projectos aí descritos. Da mesma forma aproveita para referenciar e agradecer a toda a equipa da Câmara Municipal pela dedicação e profissionalismo que tiveram na construção deste Plano e Orçamento, que é realista, equilibrado, ambicioso e com justiça social. -----

Presidente da Mesa: Coloca a votação o ponto em análise, “**apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2017**”, que obtém a seguinte votação: -----

APROVADO POR MAIORIA com 13 votos a favor da bancada do PSD e 8 votos contra, das bancadas do PS, do PCP e do BE e 2 abstenções 1 do CDS/PP e outra do Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador.

À mesa são entregues duas declarações de voto que se transcrevem: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA.-----

Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017.-----

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 apresentada pelo Executivo Municipal liderado pela maioria PSD consolida aquilo que os anteriores exercícios já demonstravam: afigura-se com

um plano de intenções que é bem demonstrativo de uma maioria encerrada em si mesma, sem ideias novas, divorciada dos problemas dos munícipes, incapaz de projectar estrategicamente o desenvolvimento do município.-----

A falência da maioria PSD que governa a Câmara Municipal está bem clara no documento em apreciação, que se limita a pouco mais que a enunciação das actividades correntes da autarquia, à repetição exaustiva dos compromissos assumidos ao longo do mandato, que persistem em não ser concretizados, e ainda à exaltação de pequenas intervenções, que não passam disso mesmo, estereis de impacto sério no desenvolvimento estrutural do município.-----

A maioria PSD encontra-se esgotada no plano do pensamento estratégico do concelho. O PSD é um vazio de ideias. O PSD é um vazio na acção. Documentos estratégicos como o Plano Estratégico do Município de Ílhavo ou o Plano Director Municipal estão ainda por sair do papel, num exercício de desperdício de medidas com impacto positivo na qualidade de vida dos munícipes.-----

A incapacidade de dar corpo a uma solução para a Rotunda da Barra, a promessa por cumprir na resolução do problema da Senhora dos Campos, os constrangimentos na circulação viária sem solução à vista, o caos urbanístico em muitos pontos do concelho perante a apatia do Executivo Municipal, entre tantos outros problemas, são exemplos da incapacidade deste em materializar respostas com a qualidade que Ílhavo exige.-----

No âmbito do novo quadro comunitário de apoio, as iniciativas a encetar em 2017 representam um arranque débil, se tivermos em conta que esta Câmara já se considerou campeã dos fundos comunitários e se a compararmos com o volume de investimento que muitas das autarquias da região vão encetar em 2017, através da captação de fundos comunitários muito mais substancial que o que está previsto em Ílhavo.-----

Verifica-se uma apatia preocupante que pode vir a ser muito penalizadora do desenvolvimento económica e social do nosso concelho, plasmada na diminuição drástica do volume de investimento previsto, e sublinhada pelo imobilismo que resulta no aumento substancial das despesas de funcionamento.-----

O Partido Socialista, por outro lado, continua a entender que o executivo tem o dever de atentar na definição das suas prioridades no que diz respeito ao equilíbrio entre o rigor orçamental e o aprofundamento e amplificação da sua capacidade de resposta às dificuldades sociais e económicas das famílias ilhavenses. Não vislumbramos essa orientação plasmada neste orçamento, ademais quando se verifica uma redução do investimento nas funções sociais da autarquia, um desequilíbrio entre investimento na acção social e as outras áreas, com prejuízo para as primeiras.-----

Considerando também que se sente inequivocamente o distanciamento entre os cidadãos e aqueles que elegem, o Partido Socialista entende que o executivo municipal deve definir estratégias que visem a aproximação entre eleitores e eleitos, aprofundando as formas de participação política, especialmente nas camadas mais jovens, sendo essencial a criação do Conselho Municipal de Juventude e a implementação do Orçamento Participativo. -----

Os tempos em que estamos exigem do Executivo Municipal que altere o paradigma de funcionamento e de definição das prioridades da autarquias, exigem da Câmara Municipal que coloque enfoque nas suas funções sociais e na sua capacidade de intervenção para a melhoria da nossa coesão social e económica, colocando os seus instrumentos orçamentais ao serviço dos ilhavenses. Ao não abdicar, ainda mais quando tem comprovadamente margem de manobra, de 1% da Taxa de Participação no IRS, de 0,05% da Taxa de IMI, reduzindo-a para 0,35%, a Câmara Municipal dá um sinal de que não é sensível às dificuldades dos ilhavenses.-----

O PS continua a entender que o Orçamento Municipal e as GOP deviam refletir uma resposta atenta e vigorosa aos graves problemas sociais do nosso concelho. Temos feito propostas nesse sentido que não recolheram acolhimento por parte desta maioria.-----

Ao fim de três anos de exercício de funções, demonstra-se inequivocamente a incapacidade do PSD de afirmar um novo impulso para o município, a falência do seu projecto político, com graves prejuízos para os munícipes de Ílhavo.-----

Assim, atendendo ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista Vota Contra a Proposta das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017.-----

Ílhavo, 17 de Novembro de 2016. O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO REPRESENTANTE DO BLOCO DE ESQUERDA.-----

Apreciação e votação das propostas das GOP e mapa de pessoal para 2017.-----

Em primeiro lugar queremos expressar o quão anti democrático e inadmissíveis julgam ser ----- que documentos como o Orçamento e Contas e as GOP, sejam entregue aos representantes da A.M. com um prazo de apenas 72h para análise e apresentação de propostas. Este é apenas mais um exemplo da postura egocêntrica e fechada em si mesmos que caracteriza o PSD em Ílhavo, que tem mostrado pouca vontade ou pouca paciência para debater com a oposição ou com os seus munícipes, os problemas, as soluções ou os projetos para o Concelho.-----

As GOP são um documento no qual o B.E. não se revê desde logo pela sua orientação para o investimento desmesurado em obras para encher a vista aliada ao pouco investimento no plano da Ação Social, alimentando uma lógica assistencialista que delega as suas responsabilidades para IPSSs que muitas vezes usam critérios de distribuição pouco justos e que não prestam contas ao Estado. Além disso não se vê apoio e valorização para os desempregados, em especial os de longa duração nem parece haver um plano objetivo de desenvolvimento económico para os setores primário e secundário, crucial para a exploração dos nossos recursos quer na terra como na ria e no mar. Por outro lado existe ainda um enorme problema de urbanismo e mobilidade na freguesia da Gafanha da Nazaré que teima----- em persistir assim como a questão dos transportes públicos; a empresa privada que assegura o----- serviço não serve eficazmente todas as freguesias do Concelho e pratica preços muito elevados.-----

É também relevante o facto de o acesso á habitação social a preços controlados ser muito reduzido visto que, conforme admite o executivo “não existem no mercado de arrendamento, habitações em número suficiente para responder à procura”. Isto mostra como em Ílhavo não há uma preocupação concertada em estimular a fixação de pessoas no Concelho nem há investimento sério na regeneração do tecido habitacional urbano para esse fim.-----

Regista-se ainda o habitual aumento do investimento na área da manutenção de estradas, bastante habitual em ano de eleições autárquicas.-----

Nada tem a apontar ao mapa do pessoal. Por estas razões o voto é contra. -----
Ílhavo, 10 de novembro de 2016. O representante do Bloco de Esquerda-----

Presidente da Mesa: Anuncia a análise do Ponto 6 - Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para ao ano de 2017 e pergunta ao Presidente da Câmara se quer usar a palavra sobre o assunto.-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:

Informa que vai ao encontro do que é habitual, no fundo pelos motivos de simplificação e celeridade dos processos. São prazos plurianuais mas estão contemplados no Plano e a autorização da AMI é para que não tenham que voltar aqui.-----

2016/11/10

Presidente da Mesa abre inscrições para intervenção dos membros: -----

1ª. Intervenção dos Membros

Kevim Tavares: O BE apresentou na Assembleia da Republica um pedido de revogação desta Lei e por isso também aqui vota contra.-----

Não havendo mais inscrições o Presidente da AMI coloca a votação a “apreciação e **votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para ao ano de 2017**, que obtém a seguinte votação:

APROVADO POR MAIORIA com 21 votos a favor das bancadas do PSD, do PS e do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 voto contra do BE.-----

Presidente da Mesa: Anuncia a análise do **Ponto 7 - Apreciação e votação para assinatura de protocolo** concessão de **entre o Município de Ílhavo e a EDP Distribuição SA, relativo ao novo anexo I, do contrato de distribuição de eletricidade em baixa tensão** e pergunta ao Presidente da Câmara se quer usar a palavra sobre o assunto.-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:

É um documento puramente técnico no âmbito das novas luminárias em Led e no âmbito das negociações com a ANMP e a EDP. Há necessidade do anexo I ser ajustado no âmbito das luminárias nesta hera moderna dos Led s. O anterior acordo não contemplava este tipo de luminárias e portanto a necessidade de fazer a alteração.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para intervenção dos membros o que não acontece e por isso coloca o ponto a votação:-----

Aprovado por unanimidade.

Todos os pontos desta ata são por votação unânime aprovados em minuta, para que produzam efeitos imediatos.-----

Presidente da Mesa informa que terminada a Ordem do Dia, são os trabalhos desta Sessão encerrados, pelas 00h05, do dia 18 de novembro de 2016.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 24/02/2017.